

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	66.303
Preferenciais	8.309
<b>Total</b>	<b>74.612</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	4.026.302	4.011.502
1.01	Ativo Circulante	1.243.876	1.227.478
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	199.298	236.788
1.01.02	Aplicações Financeiras	102.870	26.233
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	102.870	26.233
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	102.870	26.233
1.01.03	Contas a Receber	763.287	815.392
1.01.03.01	Clientes	763.287	815.392
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	763.287	815.392
1.01.04	Estoques	6.955	5.190
1.01.06	Tributos a Recuperar	60.453	56.276
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	60.453	56.276
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	60.453	56.276
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.979	2.307
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	105.034	85.292
1.01.08.03	Outros	105.034	85.292
1.01.08.03.01	Serviços em curso	62.910	58.851
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	42.124	26.441
1.02	Ativo Não Circulante	2.782.426	2.784.024
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.107.214	1.120.717
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	43.256	57.838
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	43.256	57.838
1.02.01.03	Contas a Receber	386.655	415.170
1.02.01.03.01	Clientes	386.655	415.170
1.02.01.06	Tributos Diferidos	124.809	118.526
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	124.809	118.526
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	552.494	529.183
1.02.01.09.03	Impostos de contribuições a recuperar	15.628	14.490
1.02.01.09.04	Benefício fiscal - Ágio incorporado a controladora	207.767	212.392
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	31.622	30.520
1.02.01.09.06	Concessão do serviço público (Ativo Financeiro)	295.319	269.623
1.02.01.09.07	Outros ativos não circulantes	2.158	2.158
1.02.02	Investimentos	2.467	2.467
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	2.467	2.467
1.02.02.02.01	Outros investimentos	2.467	2.467
1.02.04	Intangível	1.672.745	1.660.840
1.02.04.01	Intangíveis	1.672.745	1.660.840
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.672.745	1.660.840

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	4.026.302	4.011.502
2.01	Passivo Circulante	942.217	920.768
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.486	18.289
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.486	18.289
2.01.01.01.01	Salários e encargos a pagar	20.486	18.289
2.01.02	Fornecedores	244.332	260.609
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	244.332	260.609
2.01.03	Obrigações Fiscais	120.935	113.540
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42.209	31.122
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.793	373
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	3.934	3.659
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.118	16.856
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.520	2.423
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	630	988
2.01.03.01.06	Parcelamento de tributos	200	790
2.01.03.01.07	Outros	6.014	6.033
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	77.379	80.854
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	77.379	80.854
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.347	1.564
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviço - ISS	1.347	1.564
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	367.296	362.978
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	164.037	168.648
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	162.600	167.108
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.437	1.540
2.01.04.02	Debêntures	203.259	194.330
2.01.05	Outras Obrigações	164.556	141.215
2.01.05.02	Outros	164.556	141.215
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	20.492	22.653
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	83.997	63.990
2.01.05.02.05	Outros Passivos	60.067	54.572
2.01.06	Provisões	24.612	24.137
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.612	24.137
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	5.787	5.086
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	14.030	15.233
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	4.795	3.818
2.02	Passivo Não Circulante	1.426.225	1.483.440
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.023.988	1.066.033
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	616.030	609.251
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	611.059	604.252
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.971	4.999
2.02.01.02	Debêntures	407.958	456.782
2.02.02	Outras Obrigações	73.605	86.248
2.02.02.02	Outros	73.605	86.248
2.02.02.02.03	Fornecedor	24.590	23.994
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	38.422	52.930

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	0	1.654
2.02.02.02.06	Outros passivos	10.593	7.670
2.02.04	Provisões	328.632	331.159
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	328.632	331.159
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.428	1.435
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	22.055	21.320
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	278.290	279.500
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	26.859	28.904
2.03	Patrimônio Líquido	1.657.860	1.607.294
2.03.01	Capital Social Realizado	590.174	590.174
2.03.02	Reservas de Capital	558.080	558.080
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	454.999	454.999
2.03.02.07	Remun. de bens direitos const. capital próprio	30.077	30.077
2.03.02.08	Reserva de incentivo fiscal	73.004	73.004
2.03.04	Reservas de Lucros	444.825	444.825
2.03.04.01	Reserva Legal	118.035	118.035
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	268.510	268.510
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	58.050	58.050
2.03.04.10	Outras reservas	230	230
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	50.876	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	13.905	14.215
2.03.08.01	Ganho sobre ativo disponível para venda	13.905	14.215

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	782.290	696.330
3.01.01	Receita Bruta	1.170.107	1.037.824
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-387.817	-341.494
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-601.626	-519.586
3.03	Resultado Bruto	180.664	176.744
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-102.914	-57.327
3.04.01	Despesas com Vendas	-67.361	-26.407
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.553	-30.920
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	77.750	119.417
3.06	Resultado Financeiro	-16.785	-24.065
3.06.01	Receitas Financeiras	33.525	42.844
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.310	-66.909
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	60.965	95.352
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.089	-14.932
3.08.01	Corrente	-16.212	-15.295
3.08.02	Diferido	6.123	363
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	50.876	80.420
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	50.876	80.420
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,68120	1,07680
3.99.01.02	PNA	0,68120	1,07680
3.99.01.03	PNB	0,74930	1,18440

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	50.876	283.416
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-310	7.371
4.02.01	Ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	-470	14.694
4.02.02	Tributos s/ ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	160	-7.323
4.03	Resultado Abrangente do Período	50.566	290.787

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	148.735	70.930
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	225.674	177.082
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	60.965	95.351
6.01.01.02	Amortização	31.136	35.822
6.01.01.03	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais	36.336	36.378
6.01.01.04	Outras receitas e despesas financeiras líquidas	515	-1.009
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	1.389	-516
6.01.01.06	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	4.742	4.054
6.01.01.07	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	90.591	7.002
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-76.939	-106.152
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-9.971	-34.931
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	-5.298	-13.972
6.01.02.03	Estoque	-1.765	-840
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-888	-2.235
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	-3.672	-2.970
6.01.02.06	Outros Ativos	-20.907	-6.407
6.01.02.07	Fornecedores	-15.681	-16.706
6.01.02.08	Salários e encargos a pagar	2.197	4.136
6.01.02.09	Encargos de dividas e swap pagos	-17.497	-22.371
6.01.02.10	Taxas regulamentares	5.499	5.001
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	-4.749	-11.725
6.01.02.12	Indenizações/Contingências pagas	-6.003	-2.438
6.01.02.13	Entidade de previdência Privada	-6.622	-6.471
6.01.02.14	Outros passivos	8.418	5.777
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-132.339	-84.608
6.02.01	Aquisição de investimentos	0	-372
6.02.02	Aquisição de intangível	-71.491	-77.368
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	-60.848	-6.868
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-53.886	106.947
6.03.01	Capitação de empréstimos e financiamentos	52.182	220.948
6.03.02	Capitação de Debêntures	-55.891	-44.633
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-48.980	-48.980
6.03.04	Obrigações Vinculadas	964	658
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-2.161	-21.046
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-37.490	93.269
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	236.788	40.871
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	199.298	134.140

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	444.825	0	14.215	1.607.294
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	444.825	0	14.215	1.607.294
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.876	-310	50.566
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	50.876	0	50.876
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-310	-310
5.05.02.06	Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	-310	-310
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	444.825	50.876	13.905	1.657.860

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	396.274	0	6.843	1.551.371
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	396.274	0	6.843	1.551.371
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-22.413	0	-22.413
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-22.413	0	-22.413
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	80.420	0	80.420
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	80.420	0	80.420
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	396.274	58.007	6.843	1.609.378

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011</b>
7.01	Receitas	1.079.496	1.030.268
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.170.110	1.037.825
7.01.02	Outras Receitas	-23	-555
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-23	-555
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-90.591	-7.002
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-539.846	-497.304
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-402.972	-377.502
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-136.874	-119.802
7.03	Valor Adicionado Bruto	539.650	532.964
7.04	Retenções	-31.137	-35.822
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.137	-35.822
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	508.513	497.142
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	33.525	42.844
7.06.02	Receitas Financeiras	33.525	42.844
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	542.038	539.986
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	542.038	539.986
7.08.01	Pessoal	34.922	28.497
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.596	25.594
7.08.01.02	Benefícios	8.905	8.126
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.607	3.727
7.08.01.04	Outros	-4.186	-8.950
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	405.489	363.774
7.08.02.01	Federais	176.709	164.310
7.08.02.02	Estaduais	227.375	198.315
7.08.02.03	Municipais	1.405	1.149
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.751	67.295
7.08.03.01	Juros	50.308	66.909
7.08.03.02	Aluguéis	443	386
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	50.876	80.420
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	22.413
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	50.876	58.007

## Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
Data-Base - 31/03/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

### 05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

#### 1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE é uma distribuidora de energia elétrica, com atuação em todo o Estado de Pernambuco e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, cuja população estimada é de 8,835 milhões de habitantes em 185 municípios e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE. Sua área de concessão engloba 98.547 Km<sup>2</sup>.

#### 2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

##### 2.1 MERCADO

##### 2.1.1 CONSUMIDORES

Descrição	Evolução do número de consumidores ativos (*)					
	1º Trimestre		Composição Vertical		Variação Horizontal	
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11	1ºTrim/12 - 1º Trim/11	
				Quantidade	%	
Residencial	2.755.404	2.699.457	86,8%	86,4%	55.947	2,1%
Industrial	12.639	13.376	0,4%	0,4%	(737)	-5,5%
Comercial	197.608	199.319	6,2%	6,4%	(1.711)	-0,9%
Rural	176.482	181.307	5,6%	5,8%	(4.825)	-2,7%
Poder Público	21.823	21.734	0,7%	0,7%	89	0,4%
Iluminação Pública	5.358	5.213	0,2%	0,2%	145	2,8%
Serviço Público	2.860	2.565	0,1%	0,1%	295	11,5%
Subtotal	3.172.174	3.122.971	100,0%	100,0%	49.203	1,6%
Consumo Próprio	931	913	0,0%	0,0%	18	2,0%
Suprimento	35	37	0,0%	0,0%	(2)	-5,4%
Total	3.173.140	3.123.921	100,0%	100,0%	49.219	1,6%

(\*) Incluindo novos clientes sem o primeiro faturamento.

No primeiro trimestre de 2012, o número de consumidores ativos apresentou um crescimento de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa um incremento de 49.219 novos consumidores, representando cerca de 134 novas ligações por dia.

A classe residencial, que representa 86,8% do total de consumidores, apresentou um crescimento de 2,1%. Tal resultado é reflexo do crescimento da construção civil no estado nos últimos anos. O desenvolvimento econômico que o Estado vem vivendo tem propiciado a criação de novos empreendimentos imobiliários que além de atender a uma

## Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
Data-Base - 31/03/2012

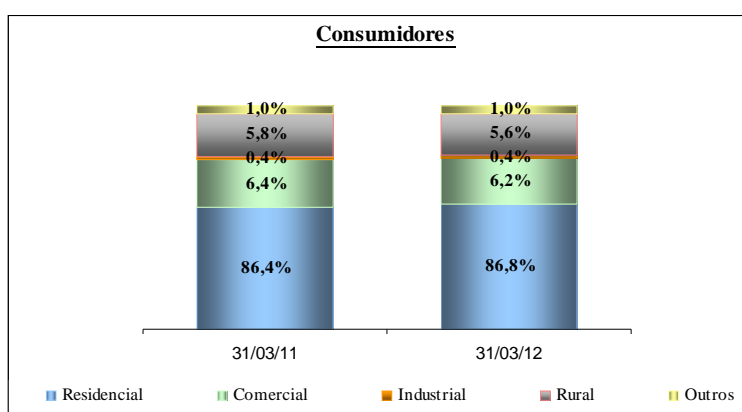
01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

### 05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

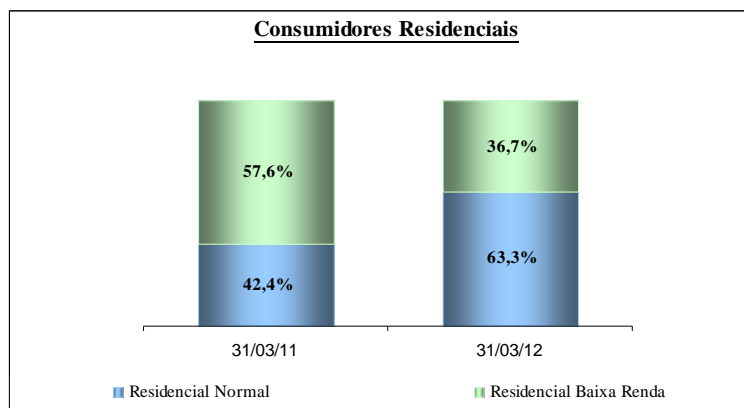
demanda do público interno também atinge à população que migra de outras regiões do país para aproveitar as novas oportunidades que Pernambuco vem oferecendo. O crescimento de Pernambuco em comparação com o nacional pode ser visualizado a partir da análise do PIB cuja variação no estado foi de 4,5% no ano de 2011 em relação a 2010 contra 2,7% de crescimento no país para igual período.

#### 2.1.1.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO



#### 2.1.1.2. PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL

A participação de clientes de baixa renda mostra uma queda comparado com o mesmo período do ano anterior, em virtude da migração de consumidores de baixa renda para a faixa de residencial normal, devido a mudança nas faixas de consumo do baixa renda, conforme a adequação a resolução 414 da ANEEL. Além disso, também para atender determinação da resolução 414, houve baixa de contratos de clientes cortados que não apresentavam evolução de consumo nos últimos três meses.



**Comentário do Desempenho**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
Data-Base - 31/03/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

**05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE****2.1.2 CONSUMO**

Descrição	Evolução do Consumo por classe em MWh					
	1º Trimestre		Composição Vertical %		Variação Horizontal	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011	1ºTrim/12 - 1º Trim/11	
				Quantidade	%	
Residencial	1.041.295	1.014.443	40,5%	39,6%	26.852	2,6%
Industrial	397.571	495.457	15,5%	19,3%	(97.886)	-19,8%
Comercial	563.171	522.908	21,9%	20,4%	40.263	7,7%
Rural	155.082	132.723	6,0%	5,2%	22.359	16,8%
Poder Público	150.082	138.284	5,8%	5,4%	11.798	8,5%
Iluminação Pública	103.235	104.029	4,0%	4,1%	(794)	-0,8%
Serviço Público	158.302	150.965	6,2%	5,9%	7.336	4,9%
Subtotal	2.568.738	2.558.810	99,9%	99,9%	9.927	0,4%
Consumo Próprio	3.254	3.626	0,1%	0,1%	(372)	-10,2%
Total	2.571.992	2.562.435	100,0%	100,0%	9.556	0,4%

No primeiro trimestre de 2012, o mercado cativo de energia da CELPE apresentou um aumento de 0,4%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Quando considerado o mercado cativo mais mercado livre, o crescimento foi de 5,6%. A migração de clientes para o ambiente livre explica tal diferença entre a variação do mercado cativo e do mercado distribuído.

A análise econômica do primeiro trimestre de 2012 mostra que a crise mundial persiste. Projeções realizadas pelo Ministério da Fazenda apontam uma retomada no crescimento do PIB Mundial apenas a partir de 2013. Ainda de acordo com o estudo elaborado pelo referido Ministério, a indústria mundial vem sofrendo forte desaceleração e já afeta os mercados emergentes. Diante deste cenário, o governo anunciou no começo de abril de 2012 ações que visam à proteção da economia nacional. Dentre as medidas destacam-se: estímulo ao crédito com redução de taxa de juros e aumento do volume de crédito disponível; medidas tributárias envolvendo redução de IPI e postergação de pagamento de PIS-COFINS; defesa comercial; e controle do câmbio, uma vez que caso o a importação seja favorecida, a concorrência de produtos acabados aumenta, desestimulando a indústria nacional.

A análise do clima mostra que praticamente não houve variação na temperatura, tendo caído de 26,35° no primeiro trimestre de 2011 para 26,30° no mesmo período deste ano. Já a precipitação caiu cerca de 47% no referido período, a diminuição no volume de chuvas afeta significativamente a classe rural, pois implica em maior necessidade de bombeamento de água e consumo de energia.

## Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
Data-Base - 31/03/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

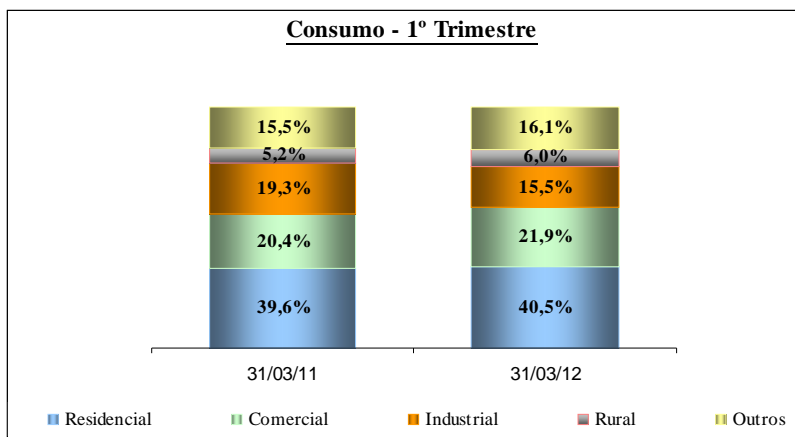
### 05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Em função da movimentação de grandes clientes entre os ambientes de livre contratação e o ambiente regulado, a classe Industrial apresentou taxa negativa de crescimento, registrando -19,8%.

O setor comercial apresentou um crescimento no mercado cativo de 7,7% no trimestre em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. Este crescimento pode ser explicado pelo bom momento que vive o comércio em Pernambuco, o destaque do trimestre é o setor turístico em virtude das férias de janeiro e do carnaval em fevereiro.

#### 2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE – EM MWh

A participação das classes vem mantendo-se estável nos últimos anos, com tendência de aumento da parcela industrial no médio e longo prazos em função dos grandes investimentos que estão acontecendo no Estado. De acordo com dados projetados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe Fidem), as fábricas da BR Foods (em Bom Conselho e Vitória de Santo Antão), a Refinaria Abreu e Lima, a Petroquímica Suape e o Estaleiro Atlântico Sul, os três no Complexo de Suape, e a Hemobrás, em Goiana deixarão o Estado R\$ 54,2 bilhões mais rico. Estes empreendimentos serão responsáveis por uma mudança na composição do PIB pernambucano que impactará diretamente consumo de energia da classe industrial.



**Comentário do Desempenho**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
Data-Base - 31/03/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

**05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE****3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh**

LEILÕES ENERGIA EXISTENTE	%	CONTRATOS		RESIDENCIAL	%
1.753.111	53,58	3.271.953		1.041.295	40,49
1.777.259	53,61	3.315.142		1.014.443	39,59
LEILÕES ENERGIA NOVA	%	GER. PRÓPRIA		INDUSTRIAL	%
930.608	28,44	3.903		397.571	15,46
764.036	23,35	3.766		495.457	19,34
LEILÕES DE FONTE ALTERNATIVA	%	MERCADO LIVRE	INJETADA	MERCADO LIVRE	%
7.527	0,23	341.592	3.638.214	341.592	9,39
8.622	0,26	195.636	3.366.021	195.636	5,81
TERMOPE	%	SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)		SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)	%
852.150	26,04	42.792		42.792	1,18
842.790	25,42	30.973		30.973	0,92
NC ENERGIA	%	PERDAS REDE BÁSICA		PERDAS DISTRIBUIÇÃO	%
-	0,00	(87.820)		681.839	18,74
2.584	0,08	(72.310)		576.977	17,14
PROINFA	%	SOBRAS		OUTROS	%
64.231	1,96	(8.553)		414.872	16,13
55.004	1,66	(107.186)		396.904	15,49
MCSD	%	DEFICITS			
(335.675)	(10,26)	74.348			
(135.153)	(4,08)	-			

Legenda:

1º Trimestre 2012
1º Trimestre 2011

O Balanço Energético da Companhia indica que do montante da energia injetada, 70,7% foi destinado ao mercado próprio da distribuidora, enquanto 9,4% atendeu ao mercado livre, conforme a legislação do setor elétrico, que garante acesso à rede de distribuição aos consumidores que atendam aos requisitos de livre escolha do seu fornecedor de energia.

O mercado próprio da distribuidora exigiu 2.571.992 MWh, de energia durante o trimestre, representando um aumento de 0,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar do crescimento vegetativo da carga do estado de Pernambuco, a variação sofreu influência da migração de clientes para o ambiente de contratação livre (ACL).

Por outro lado, O mercado livre exigiu a entrega de 341.592 MWh de energia durante o trimestre, representando um aumento de 74,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse acréscimo foi devido, principalmente a migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) no ano anterior, acrescido daqueles que migraram no trimestre, que foram: Alcoa, M&G, Pastipack e Rexan em janeiro/2012, Bunge em fevereiro/2012 e Maxpet em março/2012.

## Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
Data-Base - 31/03/2012

---

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

---

### 05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

---

#### 4. INVESTIMENTOS

	1º Trimestre/2012
	Investimento
	Total
Geração	464
Distribuição	68.116
Comercialização	35
Administração	2.876
Total	71.491

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto na comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No primeiro trimestre de 2012 foram investidos cerca de R\$ 71.491.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao atendimento às novas ligações de clientes urbanos e rurais, renovação da rede de distribuição de média e baixa tensão, expansão do sistema elétrico para atendimento ao aumento da demanda e combate às perdas de energia elétrica.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia. Os principais projetos em andamento são:

- Expansão e renovação em subestações e linhas de subtransmissão;
- Automação da rede de distribuição;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

## Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
Data-Base - 31/03/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

### 05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

#### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

##### 5.1 RESULTADO DO PERÍODO

	1º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
<b>Receita Bruta</b>	1.170.107	1.037.824	132.283	12,7%
Deduções da Receita Bruta	(387.817)	(341.494)	(46.323)	13,6%
<b>Receita Líquida</b>	782.290	696.330	85.960	12,3%
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(601.626)	(519.586)	(82.040)	15,8%
<b>Resultado Bruto</b>	180.664	176.744	3.920	2,2%
Despesas com vendas/gerais e administrativas	(102.914)	(57.327)	(45.587)	79,5%
<b>Resultado do Serviço</b>	77.750	119.417	(41.667)	-34,9%
(-) Amortização	31.137	35.822	(4.685)	-13,1%
(-) Resultado na Alienação/Desativação de Bens e Direitos	22	555	(533)	-96,0%
<b>EBITDA</b>	108.909	155.794	(46.885)	-30,1%
Resultado Financeiro	(16.785)	(24.065)	7.280	-30,3%
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	60.965	95.352	(34.387)	-36,1%
IR e CSLL	(10.089)	(14.932)	4.843	-32,4%
<b>Lucro do Período</b>	<b>50.876</b>	<b>80.420</b>	<b>(29.544)</b>	<b>-36,7%</b>

##### 5.1.1 RECEITA LÍQUIDA

A Companhia apresentou no primeiro trimestre de 2012 uma receita líquida de R\$ 782.290 contra R\$ 696.330 do mesmo período do ano anterior, representando uma variação favorável de 12,3%.

Esse aumento é devido principalmente:

- ✓ Ao fornecimento de energia elétrica, por apresentar variação favorável de R\$ 85.115, decorrente da realização da tarifa superior ao mesmo período do ano anterior, em quase todas as classes;
- ✓ A disponibilização do sistema de distribuição, por apresentar variação favorável de R\$ 56.300, decorrente principalmente da migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre em 2012; e
- ✓ Ao ICMS, por apresentar variação desfavorável de R\$ 29.060, devido principalmente ao aumento da receita bruta.

**Comentário do Desempenho**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
Data-Base - 31/03/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

**05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE****5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	1º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
<b>Custos e Despesas Não-Gerenciáveis:</b>				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(359.167)	(338.734)	(20.433)	6,0%
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(43.804)	(38.768)	(5.036)	13,0%
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(1.474)	(1.547)	73	-4,7%
	<u>(404.445)</u>	<u>(379.049)</u>	<u>(25.396)</u>	<u>6,7%</u>
<b>Custos e Despesas Gerenciáveis:</b>				
Pessoal e Administradores	(39.984)	(33.495)	(6.489)	19,4%
Material	(2.553)	(2.815)	262	-9,3%
Serviços de Terceiros	(56.243)	(32.261)	(23.982)	74,3%
Amortização	(31.136)	(35.822)	4.686	-13,1%
Provisões Líquidas - PCLD	(90.591)	(7.002)	(83.589)	1193,8%
Provisões Líquidas - Contingências	1.260	(4.095)	5.355	-130,8%
Custo de Construção	(71.973)	(75.861)	3.888	-5,1%
Outros	(8.875)	(6.513)	(2.362)	36,3%
	<u>(300.095)</u>	<u>(197.864)</u>	<u>(102.231)</u>	<u>51,7%</u>
<b>Total</b>	<u><u>(704.540)</u></u>	<u><u>(576.913)</u></u>	<u><u>(127.627)</u></u>	<u><u>22,1%</u></u>

Os custos e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2012 tiveram um acréscimo de 22,1%, correspondendo a R\$ 127.627 em relação ao mesmo trimestre do exercício de 2011.

Os principais fatores que contribuíram para esse fato foram:

- ✓ Energia elétrica comprada apresentou posição desfavorável, em função de:
  - Reajuste dos preços em abril/2011;
  - Novos contratos que se iniciaram em janeiro/2012;
  - Influência das despesas das térmicas no mercado de curto prazo, provocadas pelo atraso do início de operação e ações judiciais levantadas por elas.
- ✓ Serviços de terceiros, aumento devido principalmente de:
  - Reajustes nos preços dos serviços das novas contratações (ABF, GB e MEGATON);
  - Leituras/entrega de contas aumento das turmas para a realização das leituras mensais;
  - Serviços Jurídicos aumento decorrente de honorários extraordinários no valor de R\$ 350.

## Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
Data-Base - 31/03/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

### 05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- ✓ variação negativa em provisões líquidas - PDD, no valor de R\$ 83.589, principalmente em função da adequação aos novos processos de cobrança.

#### 5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	1º Trimestre		Variação	
	2012	2011	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	7.125	5.263	1.862	35,4%
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	15.345	9.553	5.792	60,6%
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos)	(31.299)	(30.982)	(317)	1,0%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(7.956)	(7.899)	(57)	0,7%
<b>Total</b>	<b>(16.785)</b>	<b>(24.065)</b>	<b>7.280</b>	<b>-30,2%</b>

O resultado financeiro apresentou uma variação favorável de 30,3%, impactando em R\$ 7.280, passando de R\$ 24.065 de despesa no primeiro trimestre de 2011 para R\$ 16.785 no mesmo período de 2012. Essa variação deve-se principalmente a:

- ✓ Renda de aplicações financeiras apresentou variação positiva de R\$ 1.862, devido principalmente a aplicação do excedente de caixa;
- ✓ Juros, comissões e acréscimo moratório de energia apresentou variação positiva de R\$ 5.792, devido principalmente recebimentos de faturas em atraso;

**Comentário do Desempenho**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
Data-Base - 31/03/2012

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

**05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE****5.1.4 PRINCIPAIS INDICADORES**

<b>Indicadores Empresariais</b>	Acumulado até		Variação % 2012/2011
	31/03/12	31/03/11	
<b>Indicadores Econômicos</b>			
Receita Operacional Bruta	1.170.107	1.037.824	12,75%
Receita Operacional Líquida	782.290	696.330	12,34%
EBITDA	108.909	155.794	-30,09%
Resultado do Serviço	77.750	119.417	-34,89%
Resultado Financeiro sem Juros Sobre Capital Próprio	(16.785)	(24.065)	-30,25%
Lucro Líquido	50.876	80.420	-36,74%
Margem EBITDA (%)	13,92%	22,37%	-8,45%
Margem Operacional (%)	9,94%	17,15%	-7,21%
Margem Líquida (%)	6,50%	11,55%	-5,05%
<b>Indicadores Financeiros</b>			
Ativo Total	4.026.302	3.831.569	5,1%
Dívida Bruta	1.537.520	1.606.131	-4,3%
Patrimônio Líquido	1.657.860	1.609.378	3,0%
Investimentos	71.491	77.368	-7,6%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos	1.375.893	1.231.972	11,7%
Dívida Total Líquida / EBITDA (*)	2,641	1,910	38,3%
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	0,454	0,434	4,6%
Dívida de Curto Prazo Líquida / Dívida Total Líquida	0,056	0,319	-82,3%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	0,412	0,420	-2,0%
(*) EBITDA - Análise dos últimos 12 meses.	520.887	645.001	-19,2%

Em 31 de março de 2012, houve um aumento da relação Dívida Total Líquida/EBITDA em 38,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultante principalmente pela redução do EBITDA (\*) em 19,2% e aumento da dívida total líquida das disponibilidades e aplicações em títulos em 11,7%.

<b>Indicadores de Produtividade</b>	31/03/12	31/03/11	Variação % 2012/2011
Nº de Empregados	1.658	1.669	-0,7%
Nº de Consumidores	3.173.140	3.123.921	1,6%
Consumidores/Empregados	1.914	1.872	2,2%
Receita Operacional Líquida/Empregados	472	417	13,1%

Em 31 de março de 2012, o número de empregados da empresa apresentou uma redução de 0,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, em função de pedidos de desligamentos por parte dos empregados.

A receita operacional líquida até março desse ano apresentou um aumento de 12,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que justifica o acréscimo de 13,1% do índice ROL/empregados.

## Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 ITR - Informações Trimestrais  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
 Data-Base - 31/03/2012

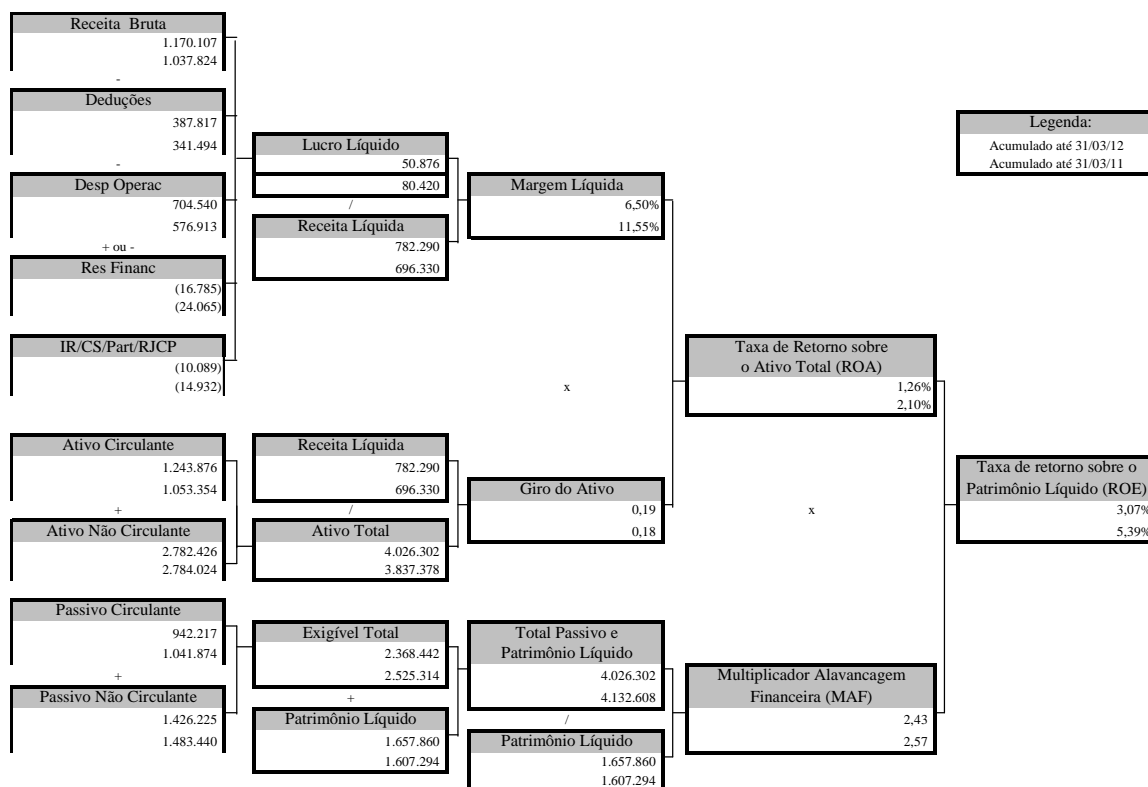
01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

### 05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Conciliação EBITDA	1º Trimestre		Variação % 2012/2011
	31/03/12	31/03/11	
Lucro líquido	50.876	80.420	-36,7%
Despesas financeiras	50.310	66.909	-24,8%
Receitas financeiras	(33.526)	(42.844)	-21,8%
Resultado na Alienação/Desativação de Bens e Direitos	22	555	-96,0%
Imposto de renda	5.465	9.809	-44,3%
Amortização	31.137	35.822	-13,1%
Amortização de ágio	4.625	5.123	-9,7%
<b>EBITDA</b>	<b>108.909</b>	<b>155.794</b>	<b>-30,1%</b>

## 6. ANÁLISE DA RENTABILIDADE (\*)



**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011  
 (Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b><u>ATIVO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	199.298	236.788
Contas a receber de clientes e outros	4	763.287	815.392
Títulos e valores mobiliários	5	102.870	26.233
Impostos e contribuições a recuperar	6	60.453	56.276
Estoques		6.955	5.190
Despesas pagas antecipadamente		5.979	2.307
Serviços em curso	7	62.910	58.851
Outros ativos circulantes	8	42.124	26.441
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.243.876</b>	<b>1.227.478</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber de clientes e outros	4	386.655	415.170
Títulos e valores mobiliários	5	43.256	57.838
Impostos e contribuições a recuperar	6	15.628	14.490
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	124.809	118.526
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora		207.767	212.392
Depósitos judiciais	10	31.622	30.520
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	295.319	269.623
Outros ativos não circulantes	8	2.158	2.158
Investimentos		2.467	2.467
Intangível	12	1.672.745	1.660.840
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.782.426</b>	<b>2.784.024</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.026.302</b>	<b>4.011.502</b>

**Notas Explicativas****COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011

(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/03/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	13	244.332	260.609
Empréstimos e financiamentos	14	164.037	168.648
Debêntures	15	203.259	194.330
Salários e encargos a pagar	16	20.486	18.289
Taxas regulamentares	17	83.997	63.990
Impostos e contribuições a recolher	18	120.935	113.540
Dividendos e juros sobre capital proprio	19	20.492	22.653
Provisões	20	10.582	8.904
Entidade de previdência privada	29	14.030	15.233
Outros passivos circulantes	21	60.067	54.572
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>942.217</b>	<b>920.768</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	13	24.590	23.994
Empréstimos e financiamentos	14	616.030	609.251
Debêntures	15	407.958	456.782
Taxas regulamentares	17	38.422	52.930
Impostos e contribuições a recolher	18	-	1.654
Provisões	20	50.342	51.659
Entidade de previdência privada	29	278.290	279.500
Outros passivos não circulantes	21	10.593	7.670
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.426.225</b>	<b>1.483.440</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>22</b>		
Capital social		590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		386.775	386.775
Outros resultados abrangentes		13.905	14.215
Proposta de Distribuição de dividendos adicional		58.050	58.050
Lucro/Prejuízo acumulado		50.876	-
<b>TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO</b>		<b>1.657.860</b>	<b>1.607.294</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMONIO LÍQUIDO</b>		<b>4.026.302</b>	<b>4.011.502</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>
<b>RECEITA BRUTA</b>	23	<b>1.170.107</b>	<b>1.037.824</b>
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	24	<u>(387.817)</u>	<u>(341.494)</u>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>782.290</b>	<b>696.330</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO</b>	25	<u>(601.626)</u>	<u>(519.586)</u>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>180.664</b>	<b>176.744</b>
Despesas com vendas	25	(67.361)	(26.407)
Despesas gerais e administrativas	25	<u>(35.553)</u>	<u>(30.920)</u>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS</b>		<b>77.750</b>	<b>119.417</b>
Resultado financeiro		<u>(16.785)</u>	<u>(24.065)</u>
Receita financeira	26	33.525	42.844
Despesa financeira	26	<u>(50.310)</u>	<u>(66.909)</u>
<b>LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS</b>		<b>60.965</b>	<b>95.352</b>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(10.089)</u>	<u>(14.932)</u>
Corrente	9	(22.400)	(20.293)
Diferido	9	6.123	363
Imposto de renda - SUDENE	9	10.814	10.121
Amortização ágio e reversão PMIPL	9	(4.626)	(5.123)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<u><b>50.876</b></u>	<u><b>80.420</b></u>
<b>LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:</b>			
Ordinária		0,6812	1,0768
Preferencial A		0,6812	1,0768
Preferencial B		0,7493	1,1844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
 Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011  
 (Em milhares de reais)

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<b>Lucro do período</b>	<b>50.876</b>	<b>283.416</b>
Outros resultados abrangentes		
Ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	(470)	14.694
Tributos s/ ganhos (perda) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	160	(7.323)
<b>Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	<b>(310)</b>	<b>7.371</b>
<b>Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	<b><u>50.566</u></b>	<b><u>290.787</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011  
 (Em milhares de reais)

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ações	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	590.174	454.999	73.004	268.510	118.035	230	14.215	-	50.876	50.850	1.607.294
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	50.876	-	50.876
Ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	(470)	-	-	-	(470)
Tributos e ajustes ativos financeiros da Concessão	-	-	-	-	-	-	(160)	-	-	-	(160)
<b>Ganhos líquidos sobre ativos disponíveis para venda (Nota 13)</b>	-	-	-	-	-	-	(310)	-	-	-	(310)
<b>Saldo em 31 de março de 2012</b>	590.174	454.999	73.004	268.510	118.035	230	13.905	-	50.876	50.850	1.657.860

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ações	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Outras Reservas de Lucros					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	590.174	454.999	73.004	227.882	118.035	-	6.843	-	-	-	1.551.371
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	80.420	-	-	80.420
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	(22.413)	-	-	(22.413)
Juros sobre capital próprio (Nota 19)	-	-	-	-	-	-	-	58.007	-	-	58.007
<b>Saldo em 31 de março de 2011</b>	590.174	454.999	73.004	227.882	118.035	-	6.843	58.007	-	50.357	1.609.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

	<u>01/01/2012 a 31/03/2012</u>	<u>01/01/2011 a 31/03/2011</u>
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>		
<b>Lucro Líquido do Período (Antes dos Impostos)</b>	60.965	95.351
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização	31.136	35.822
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	36.336	36.378
Outras receitas e despesas financeiras líquidas	515	(1.009)
Valor residual do ativo intangível baixado	1.389	(516)
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	4.742	4.054
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	90.591	7.002
	<u>225.674</u>	<u>177.082</u>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(9.971)	(34.931)
Impostos e contribuições a recuperar	(5.298)	(13.972)
Estoques	(1.765)	(840)
Depósitos judiciais	(888)	(2.235)
Despesas pagas antecipadamente	(3.672)	(2.970)
Outros ativos	(20.907)	(6.407)
	<u>(42.501)</u>	<u>(61.355)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	(15.681)	(16.706)
Salários e encargos a pagar	2.197	4.136
Encargos de dívidas e swap pagos	(17.497)	(22.371)
Taxas regulamentares	5.499	5.001
Impostos e Contribuições a recolher	(4.749)	(11.725)
Indenizações/Contingências pagas	(6.003)	(2.438)
Entidade de Previdência Privada	(6.622)	(6.471)
Outros passivos	8.418	5.777
	<u>(34.438)</u>	<u>(44.797)</u>
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>148.735</u>	<u>70.930</u>
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de Empréstimos e financiamentos	52.182	220.948
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(55.891)	(44.633)
Amortização do principal de debêntures	(48.980)	(48.980)
Obrigações vinculadas	964	658
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.161)	(21.046)
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>(53.886)</u>	<u>106.947</u>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de investimentos		(372)
Aquisição de intangível	(71.491)	(77.368)
Títulos e valores mobiliários	(60.848)	(6.868)
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u>(132.339)</u>	<u>(84.608)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<u>(37.490)</u>	<u>93.269</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	236.788	40.871
Caixa e equivalentes no final do exercício	199.298	134.140
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<u>(37.490)</u>	<u>93.269</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011  
(Em milhares de reais)

	<u>01/01/2012 a 31/03/2012</u>	<u>01/01/2011 a 31/03/2011</u>
<b>Receitas</b>		
Vendas de energia, serviços e outros	1.170.110	1.037.825
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(90.591)	(7.002)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(23)	(555)
	<u>1.079.496</u>	<u>1.030.268</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	(357.761)	(337.091)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(43.804)	(38.768)
Matérias-primas consumidas	(1.407)	(1.643)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(136.874)	(119.802)
	<u>(539.846)</u>	<u>(497.304)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>539.650</b>	<b>532.964</b>
Amortização	(31.137)	(35.822)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>508.513</b>	<b>497.142</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	33.525	42.844
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>542.038</b>	<b>539.986</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remunerações	20.180	18.449
Encargos sociais (exceto INSS)	4.607	3.727
Entidade de previdência privada	3.022	2.210
Auxílio alimentação	2.162	1.744
Convênio assistencial e outros benefícios	603	554
Rescisões	3.837	(307)
Férias e 13º salário	4.986	6.738
Plano de saúde	879	945
Indenizações trabalhistas	585	359
Participação nos resultados	2.239	2.673
Administradores	430	407
Encerramento de ordem em curso	146	120
(-) Transferência para Ordens	(8.754)	(9.121)
<b>Subtotal</b>	<b>34.922</b>	<b>28.497</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
INSS (sobre folha de pagamento)	5.060	4.998
ICMS	227.375	198.315
PIS/COFINS sobre faturamento	101.325	89.854
Imposto de renda e contribuição social	10.091	14.932
Obrigações intra-setoriais	60.233	54.526
Outros	1.405	1.148
<b>Subtotal</b>	<b>405.489</b>	<b>363.774</b>
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>		
Juros e variações cambiais	50.308	66.909
Aluguéis	443	386
<b>Subtotal</b>	<b>50.751</b>	<b>67.295</b>
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>		
Juros sobre capital próprio		22.413
Lucro / Prejuízos	50.876	58.007
<b>Subtotal</b>	<b>50.876</b>	<b>80.420</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>542.038</b>	<b>539.986</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
(Em milhares de reais)

---

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ou Companhia, sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km<sup>2</sup>, regulado pelo Contrato de Concessão nº 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas Informações Trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011, descritas na nota explicativa nº 2 da referida demonstração, e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

As informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, bem como outras informações consideradas relevantes.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 20 de abril de 2012, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

Adicionalmente, a informação contábil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi reclassificada, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

	31/12/11	
	Balanco Patrimonial	
	Publicado	Reclassificado
Ativo circulante		
Impostos e Contribuições a recuperar	53.433	56.276
Despesas pagas antecipadamente	5.161	2.307
Outros ativos circulantes	26.430	26.442
Ativo não circulante		
Impostos e contribuições sociais diferidos	164.542	118.526
Passivo não circulante		
Impostos e contribuições sociais diferidos	46.016	-

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/03/12	31/12/11
Caixa e Depósitos bancários à vista	15.502	12.316
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	4.550	3.205
Fundos de investimento	179.246	221.267
	<u>199.298</u>	<u>236.788</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais que variam de 95% à 100,3%.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

**4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS**

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

	Ref.	31/03/12	31/12/11
Consumidores	(a)	1.335.325	1.345.253
Títulos a Receber	(b)	2.254	2.257
Comercialização de Energia na CCEE	(c)	27.706	27.447
Disponibilização do Sistema de Distribuição		19.208	15.273
Serviços Prestados a Terceiros		2.176	2.739
Outros Créditos		104.864	101.359
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(d)	(341.591)	(263.766)
<b>Total</b>		<b>1.149.942</b>	<b>1.230.562</b>
Circulante		763.287	815.392
Não Circulante		386.655	415.170

**(a) Consumidores**

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
<b>Setor Privado</b>							
Residencial	420.618	99.681	128.134	648.433	648.148	(226.261)	(141.145)
Industrial	74.625	8.418	67.229	150.272	157.710	(48.194)	(45.505)
Comercial, serviços e outras	114.590	22.451	32.733	169.774	171.912	(28.837)	(25.507)
Rural	37.218	7.992	32.033	77.243	76.682	(30.033)	(28.491)
	647.051	138.542	260.129	1.045.722	1.054.452	(333.325)	(240.648)
<b>Setor Público</b>							
<b>Poder Público</b>							
Federal	7.750	228	2.522	10.500	11.718	(1.108)	(1.358)
Estadual	13.753	397	1.134	15.284	15.724	(1.054)	(1.292)
Municipal	94.071	6.822	6.255	107.148	105.425	(2.328)	(12.464)
	115.574	7.447	9.911	132.932	132.867	(4.490)	(15.114)
Iluminação pública	10.091	20.410	4.527	35.028	35.280	(1.258)	(1.783)
Serviço público	30.952	1.217	5.946	38.115	37.826	(537)	(4.274)
Fornecimento não faturado	83.528			83.528	84.828	-	-
<b>Total</b>	<b>887.196</b>	<b>167.616</b>	<b>280.513</b>	<b>1.335.325</b>	<b>1.345.253</b>	<b>(339.610)</b>	<b>(261.819)</b>
Circulante				986.797	960.958	(325.900)	(96.985)
Não Circulante				348.528	384.295	(13.710)	(164.834)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

**(b) Títulos a receber**

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Setor Público	52	9	47	108	110	(44)	(44)
Setor Privado	1.288	107	751	2.146	2.147	(1.937)	(1.903)
Total	<u>1.340</u>	<u>116</u>	<u>798</u>	<u>2.254</u>	<u>2.257</u>	<u>(1.981)</u>	<u>(1.947)</u>
Circulante				1.365	1.255	(1.221)	(1.104)
Não Circulante				889	1.002	(760)	(843)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a Receber	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(261.819)	(1.947)	(263.766)
Adições	(92.028)	(117)	(92.145)
Reversões	14.237	83	14.320
Saldos em 31 de março de 2012	<u>(339.610)</u>	<u>(1.981)</u>	<u>(341.591)</u>

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/12	31/12/11
<b>Disponíveis para venda</b>						
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	9.950	15.070
Banco do Brasil	(1)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	93.536	17.750
Banco Itaú	(2)	CDB	out-13	CDI	-	307
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-13	CDI	6.747	6.593
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-14	CDI	5.185	5.067
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jul-16	CDI	21.175	23.076
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	-	7.502
Bradesco	(2)	LFT	mar-12	CDI	21	226
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	200	224
Caixa Econômica Federal		LFT	diversos	CDI	6.416	6.260
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	-	565
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	20	112
Votorantim	(2)	CDB	dez-12	CDI	34	1.193
Banco Itaú	(2)	CDB	jul-12	CDI	106	126
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	diversos	CDI	1.377	-
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	1.329	-
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	30	-
Total					<u>146.126</u>	<u>84.071</u>
Circulante					102.870	26.233
Não Circulante					43.256	57.838

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras (vide nota explicativa nº 14).

(2) Constituem garantia para leilão de energia.

(\*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

**6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

	Ref.	31/03/12	31/12/11
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda - IR	(a)	21.727	20.898
Contribuição Social - CSLL	(a)	10.320	5.943
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	15.939	16.494
Programa de Integração Social - PIS	(c)	1.534	1.226
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	6.958	8.112
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		3.608	3.258
Imposto sobre Serviços - ISS		367	345
		<u>60.453</u>	<u>56.276</u>
<b>Não-Circulante</b>			
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	15.628	14.490
		<u>15.628</u>	<u>14.490</u>
Total		<u>76.081</u>	<u>70.766</u>

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e a COFINS a recuperar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade, conforme disposto no Parecer SRFB Cosit nº. 27/2008.

**7. SERVIÇOS EM CURSO**

	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>
Serviço Próprio	22.624	19.575
Serviços Prestados a Terceiros	39.069	38.157
Transf.Fabric.Reparo de Materias	<u>1.217</u>	<u>1.119</u>
Saldos em 31 de março de 2012	<u><u>62.910</u></u>	<u><u>58.851</u></u>

Estão classificados neste grupo os serviços próprios, os serviços para terceiros em curso, e os serviços em curso referente à transformação, à fabricação e ao reparo de material nos quais constam valores referentes aos gastos com Pesquisa e Desenvolvimento – P&D no montante de R\$ 5.670 (R\$ 4.848 em 31 de dezembro de 2011) e Programa de Eficientização Energética – PEE, no montante de R\$ 44.953 (R\$ 43.698 em 31 de dezembro de 2011) que serão transferidos para os respectivos grupos de taxas regulamentares (nota 17) quando os projetos forem concluídos.

**8. OUTROS ATIVOS**

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/12/11</u>
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(a)	20.395	6.459
Adiantamentos a Empregados		3.437	1.288
Adiantamentos a Fornecedores		8	13
Serviços Prestados a Terceiros		4.995	4.930
Alienações em Curso		1.472	1.614
RGR a compensar		29	114
Precatório - Finsocial/PAES	(b)	5.044	5.030
Cobrança extra judicial	(c)	5.590	5.590
Uso mútuo de postes		1.043	1.329
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638
Outros créditos a receber		<u>631</u>	<u>595</u>
Total		<u><u>44.282</u></u>	<u><u>28.600</u></u>
Circulante		42.124	26.442
Não Circulante		2.158	2.158

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

(a) O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

O saldo a receber em 31 de março de 2012 é de R\$ 20.395, relativo às parcelas dos meses de fevereiro e março de 2012.

(b) Valor referente a inclusão de débitos indevido na composição do parcelamento PAES, constatado após revisão solicitada pela empresa a RFB - Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 4.273, sendo R\$ 2.792 de principal e R\$ 1.481 acréscimos legais.

(c) Cobrança extra judicial referente ao ICMS das aquisições de óleo diesel, destinadas à produção de energia elétrica em Fernando de Noronha-PE, onde a saída de energia elétrica é amparada pela isenção e com isto estes valores de ICMS passam a integrar o custo da geração.

## 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída a alíquota de 9%.

	Ativo			
	31/03/12		31/12/11	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	370.462	92.616	351.467	87.867
	<u>370.462</u>	<u>92.616</u>	<u>351.467</u>	<u>87.867</u>
Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	357.705	32.193	340.656	30.659
	<u>357.705</u>	<u>32.193</u>	<u>340.656</u>	<u>30.659</u>
Total		<u><u>124.809</u></u>		<u><u>118.526</u></u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

Ativo	31/03/12		31/12/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	73.157	73.157	55.087	55.087
Provisão para passivo atuarial	290.632	290.632	291.672	291.672
Provisão para demissão voluntária	559	559	927	927
Provisão para contingências	60.924	60.924	60.564	60.564
Provisão PLR	4.728	4.728	2.541	2.541
Ajustes RTT				
Ativos e passivos regulatórios	92.417	92.417	61.593	61.593
Outros	16.382	3.625	14.425	3.614
<b>Total Ativo</b>	<b>538.799</b>	<b>526.042</b>	<b>486.809</b>	<b>475.998</b>
<b>Passivo</b>				
Ajustes RTT				
Aplicação do "Hedge Accounting"	58	58	25	25
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(21.067)	(21.067)	(21.537)	(21.537)
Ajuste da quota anual de amortização	(1.265)	(1.265)	(1.654)	(1.654)
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	(51.908)	(51.908)	(48.636)	(48.636)
Ativos e Passivos regulatórios	(92.417)	(92.417)	(61.593)	(61.593)
Custo de Captação	(1.738)	(1.738)	(1.947)	(1.947)
<b>Total Passivo</b>	<b>(168.337)</b>	<b>(168.337)</b>	<b>(135.342)</b>	<b>(135.342)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>370.462</b>	<b>357.705</b>	<b>351.467</b>	<b>340.656</b>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº 371.

A expectativa de realização de créditos fiscais ativos está demonstrada a seguir:

	31/3/2012	31/12/2011
	<u>Ativo</u>	
2011	-	38.534
2012	32.305	45.159
2013	19.922	89.644
2014	26.445	-
2015	38.605	-
2016	44.528	-
Após 2016	20.239	-
<b>Total</b>	<b>182.044</b>	<b>173.337</b>

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2012 e 2011.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

	31/03/12		31/03/11	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	60.965	60.965	95.352	95.352
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.626)	(4.626)	(5.123)	(5.123)
Juros sobre capital próprio	-	-	(22.413)	(22.413)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	56.339	56.339	67.816	67.816
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	14.085	5.071	16.954	6.103
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e Doações	4	1	192	69
Multas Indedutíveis	3	1	3	1
Depreciação Veículos Executivos	14	5	15	6
Excesso Despesas Previdenciárias	729	262	805	291
Outras Adições	1	4	-	-
Subtotal Adições	751	273	1.015	367
(-) Exclusões				
Reversão da Provisão do Ágio	(2.245)	(808)	(2.487)	(895)
Incentivo Fiscal SUDENE	(10.814)	-	(10.121)	-
Incentivos Audiovisual/Rouanet e PAT	(364)	-	(1.128)	-
Outras Exclusões	(486)	-	-	-
Subtotal Exclusões	(13.909)	(808)	(13.736)	(895)
Imposto de renda e contribuição social no período	927	4.536	4.233	5.576
Imposto de renda e contribuição social no resultado	927	4.536	4.233	5.576

**Regime Tributário de Transição - RTT**

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC’s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	31/03/12	31/12/11
Trabalhistas	6.945	7.172
Cíveis	13.226	12.955
Fiscais:	11.451	10.393
Total	31.622	30.520

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
(Em milhares de reais)

---

### 11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 12).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes a concessão de serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

Saldos em 31 de dezembro de 2011		269.623
Baixas		(7)
Transferências	(a)	26.170
Atualização Monetária / Valor Justo		<u>(467)</u>
Saldos em 31 de março de 2012		<u><u>295.319</u></u>

(a) Vide nota 12.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em março de 2030. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

**12. INTANGÍVEL**

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/03/12				31/12/11	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
<b><u>Em serviço</u></b>						
Direito de Uso da Concessão	4,78%	3.046.759	(1.420.905)	(183.150)	1.442.704	1.470.311
<b><u>Em curso</u></b>						
Direito de Uso da Concessão		236.326	-	(6.285)	230.041	190.529
Total		<u>3.283.085</u>	<u>(1.420.905)</u>	<u>(189.435)</u>	<u>1.672.745</u>	<u>1.660.840</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

	Em serviço			Em curso			Total	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais		Valor líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.057.255	(1.387.478)	(199.466)	1.470.311	196.722	(6.193)	190.529	1.660.840
Adições	-	-	-	-	71.491	(964)	70.527	70.527
Baixas	(2.610)	1.228	-	(1.382)	-	-	-	(1.382)
Amortização	-	(35.023)	2.790	(32.233)	-	-	-	(32.233)
Transferências - Intangíveis	32.682	-	(872)	31.810	(32.682)	872	(31.810)	-
Transferências - Ativos Financeiros	(40.568)	-	14.398	(26.170)	-	-	-	(26.170)
Transferências - Outros	-	368	-	368	795	-	795	1.163
Saldos em 31 de março de 2012	<u>3.046.759</u>	<u>(1.420.905)</u>	<u>(183.150)</u>	<u>1.442.704</u>	<u>236.326</u>	<u>(6.285)</u>	<u>230.041</u>	<u>1.672.745</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável (concessão). (vide nota explicativa nº 11).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
(Em milhares de reais)

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou, em 31 de março de 2012, na reclassificação de R\$ 90.026 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro (Vide Nota 11), sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- ✓ Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- ✓ Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

### 13. FORNECEDORES

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

A composição do saldo em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é como segue:

Fornecedores	31/03/12	31/12/11
Energia Elétrica:	184.724	187.456
Terceiros	117.606	119.306
Partes Relacionadas	67.118	68.150
Encargos de Uso da Rede	21.270	20.626
Terceiros	21.202	20.558
Partes Relacionadas	68	68
Materiais e Serviços	38.339	52.527
Terceiros	37.955	51.259
Partes Relacionadas	384	1.268
Energia Livre	24.589	23.994
<b>Total</b>	<b>268.922</b>	<b>284.603</b>
Circulante	244.332	260.609
Não Circulante	24.590	23.994

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho n°. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo n° 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

**14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos			Principal		Total	
		Circulante	Circulante	Não Circulante	31/03/12	31/12/11		
<b>Moeda nacional</b>								
Banco do Nordeste	10% a.a	5	10.013	8.192	18.210	21.992		
BNB	10% a.a	7	12.601	-	12.608	16.811		
BNB 6	10% a.a.	121	26.884	87.374	114.379	121.108		
(-) Custos de transação		-	(128)	(182)	(310)	(348)		
Subtotal - BNB 6		121	26.756	87.192	114.069	120.760		
BNDES FINEM	TJLP + 4,3% aa /	1.026	49.946	231.564	282.536	261.945		
(-) Custos de transação	TJLP + 2,12% aa /	-	(2)	(3)	(5)	(7)		
Subtotal - BNDES FINEM	TJLP + 3,12% aa / 4.5% aa TJLP + 1,82% aa /	1.026	49.944	231.561	282.531	261.938		
Eletrobrás		-	10.816	35.765	46.581	54.931		
(-) Custos de transação	6% a.a / 7% a.a	-	(35)	(45)	(80)	(89)		
Subtotal - Eletrobrás		-	10.781	35.720	46.501	54.842		
FINEP		85	6.643	32.668	39.396	41.062		
(-) Custos de transação	TJLP + 5% aa	-	(92)	(197)	(289)	(314)		
Subtotal - FINEP		85	6.551	32.471	39.107	40.748		
Banco do Brasil	99,5% CDI	35.364	-	153.400	188.764	181.236		
Operações com Swap		-	-	(12.026)	(12.026)	(8.721)		
Subtotal - Banco do Brasil		35.364	-	141.374	176.738	172.515		
Banco do Brasil	98,5% CDI	9.900	-	75.000	84.900	82.892		
(-) Custos de transação		-	(571)	(482)	(1.053)	(1.190)		
Subtotal - Banco do Brasil		9.900	(571)	74.518	83.847	81.702		
Outros	TR + 1,6% / TR + 2,1%	-	17	31	48	52		
<b>Total moeda nacional</b>		<b>46.508</b>	<b>116.092</b>	<b>611.059</b>	<b>773.659</b>	<b>771.360</b>		
<b>Moeda estrangeira</b>								
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	72,5% CDI / 92% CDI	74	1.224	5.148	6.446	6.205		
Operações com Swap		-	139	(177)	(38)	334		
Subtotal - Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW		74	1.363	4.971	6.408	6.539		
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>74</b>	<b>1.363</b>	<b>4.971</b>	<b>6.408</b>	<b>6.539</b>		
<b>Total</b>		<b>46.582</b>	<b>117.455</b>	<b>616.030</b>	<b>780.067</b>	<b>777.899</b>		

**(a) Captações de recursos no exercício**

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R\$ 38.410 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento N° 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março de 2011.

**(b) Condições restritivas financeiras (covenants)**

O contrato mantido com o BNDES/FINEM contém cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

**BNDES FINEM 2006 - Endividamento Financeiro/EBITDA menor ou igual a 3,5 e Endividamento Financeiro Líquido / (Endividamento Líquido + PL) menor ou igual a 0,50.**

Nas informações trimestrais encerradas em 31 de março de 2012 e demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/12			31/12/11		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2012	-	-	-	-	-	-
2013	75.573	(614)	74.959	98.568	(816)	97.752
2014	313.104	(165)	312.939	309.691	(165)	309.526
2015	96.015	(85)	95.930	89.841	(85)	89.756
2016	70.235	(33)	70.202	63.836	(33)	63.803
Após 2016	62.011	(11)	62.000	48.425	(11)	48.414
<b>Total</b>	<b>616.938</b>	<b>(908)</b>	<b>616.030</b>	<b>610.361</b>	<b>(1.110)</b>	<b>609.251</b>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo	Não	Passivo	Não	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	167.108	604.252	1.540	4.999	777.899
Ingressos	13.772	38.410	-	-	52.182
Encargos	16.225	-	72	-	16.297
Variação monetária e cambial	-	-	(1)	(8)	(9)
Swap	-	(880)	(174)	(20)	(1.074)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	33	-	-	33
Transferências	30.958	(30.958)	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(65.469)	-	-	-	(65.469)
(-) Custos de Transação	6	202	-	-	208
<b>Saldos em 31 de março de 2012</b>	<b>162.600</b>	<b>611.059</b>	<b>1.437</b>	<b>4.971</b>	<b>780.067</b>

**15. DEBÊNTURES E ENCARGOS**

Debêntures	Série	Remuneração	Taxa Efetiva	31/03/12				31/12/11
				Circulante	Principal		Total	Total
					Circulante	Não Circulante		
2ª Emissão	1ª	108,5% do CDI	15,27%	2.487	97.959	48.980	149.426	199.690
(-) Custos de transação				-	(521)	(83)	(604)	(808)
Subtotal - 2ª Emissão				2.487	97.438	48.897	148.822	198.882
3ª Emissão	Única	105% do CDI	13,67%	257	85.000	-	85.257	85.293
(-) Custos de transação				-	(50)	-	(50)	(76)
Subtotal - 3ª Emissão				257	84.950	-	85.207	85.217
4ª Emissão	Única	111,3% do CDI	14,65%	18.436	-	360.000	378.436	368.337
(-) Custos de transação				-	(309)	(939)	(1.248)	(1.324)
Subtotal - 4ª Emissão				18.436	(309)	359.061	377.188	367.013
<b>Total</b>				<b>21.180</b>	<b>182.079</b>	<b>407.958</b>	<b>611.217</b>	<b>651.112</b>

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

**(a) Condições restritivas financeiras (covenants)**

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas informações trimestrais encerradas em 31 de março de 2012 e demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

**(b) Garantias**

Para a 3ª e a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/12			31/12/11		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2012	-	-	-	-	-	-
2013	48.980	(321)	48.659	97.959	(476)	97.483
2014	-	(312)	(312)	-	(312)	(312)
2015	144.000	(247)	143.753	144.000	(247)	143.753
2016	144.000	(123)	143.877	144.000	(123)	143.877
Após 2016	72.000	(19)	71.981	72.000	(19)	71.981
Total	<u>408.980</u>	<u>(1.022)</u>	<u>407.958</u>	<u>457.959</u>	<u>(1.177)</u>	<u>456.782</u>

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	194.330	456.782	651.112
Encargos	16.697	-	16.697
Transferências	48.980	(48.980)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(56.899)	-	(56.899)
(-) Custos de transação	151	156	307
Saldos em 31 de março de 2012	<u>203.259</u>	<u>407.958</u>	<u>611.217</u>

**16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR**

	31/03/12	31/12/11
Salários	4.102	5.451
Provisões Férias e 13º salário	7.375	5.913
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13º salário	3.423	3.580
Provisão PLR	4.728	2.541
Outros	858	804
Total	<u>20.486</u>	<u>18.289</u>

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

**17. TAXAS REGULAMENTARES**

	Ref.	31/03/12	31/12/11
Reserva Global de Reversão – RGR		3.015	3.015
Conta de Consumo de Combustível – CCC		16.710	16.710
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		2.234	1.995
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		837	925
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		418	462
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	32.562	30.647
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	56.939	53.564
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		491	491
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		7.958	7.723
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		1.255	1.388
<b>Total</b>		<b>122.419</b>	<b>116.920</b>
Circulante		83.997	63.990
Não Circulante		38.422	52.930

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

**18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	31/03/12	31/12/11
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda - IR	5.765	373
Contribuição Social - CSLL	6.028	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	77.379	80.854
Programa de Integração Social - PIS	3.934	3.659
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	18.118	16.856
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.520	2.423
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	630	988
Imposto sobre Serviços - ISS	1.347	1.564
Parcelamento de Tributos	200	790
Outros	6.014	6.033
	<b>120.935</b>	<b>113.540</b>
<b>Não-Circulante</b>		
Imposto de Renda - IR	-	1.654
	-	1,654
<b>Total</b>	<b>120.935</b>	<b>115.194</b>

O passivo corresponde ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre faturas a pagar a fornecedores e sobre os Juros sobre Capital Próprio, em favor da Neoenergia, depositado em juízo, conforme nota explicativa n.º 20.

**19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

A movimentação dos saldos de dividendos e JSPC a pagar para o primeiro trimestre de 2012 é como segue:

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2011	22.653
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Pagos no período	<u>(2.161)</u>
Saldos em 31 de março de 2012	<u><u>20.492</u></u>

**20. PROVISÕES**

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 10.582 classificadas no passivo circulante (R\$ 8.904 em 31 de dezembro de 2011) e R\$ 50.342 no não circulante (R\$ 51.659 em 31 de dezembro de 2011) são compostas como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	26.406	32.722	1.435	60.563
Constituição	3.867	3.277	-	7.144
Baixas/reversão	(3.284)	(5.114)	(7)	(8.405)
Remuneração	853	769	-	1.622
Saldos em 31 de março de 2012	<u><u>27.842</u></u>	<u><u>31.654</u></u>	<u><u>1.428</u></u>	<u><u>60.924</u></u>

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

**Trabalhistas**

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
	Atualizado	Instância		31/03/12	31/12/11
Ex-empregados da Companhia	2.368	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.368	3.159
	111.653	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	15.589	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	25.117	1ª, 2ª e 3ª	Provável	25.117	22.912
	39.607	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	2.375	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	357	1ª, 2ª e 3ª	Provável	357	335
	351	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	338	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u><u>197.755</u></u>			<u><u>27.842</u></u>	<u><u>26.406</u></u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

	Ref.	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado	Instância		31/03/12	31/12/11
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(1)	4.463	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.463	5.395
		2.462	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.385	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(2)	6.333	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.333	6.203
		99.371	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		2.193	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(3)	7.727	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.727	8.305
		49.039	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.332	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. Energia e produtos	(4)	3.596	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.596	3.402
		34.378	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.195	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		5.630	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.630	5.663
		28.992	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.435	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		15	1ª, 2ª e 3ª	Provável	15	14
		2.226	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		84	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		4.743	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.386	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		1.094	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1.094	1.063
		4.242	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		187	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		661	1ª, 2ª e 3ª	Provável	661	640
		1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		15	1ª, 2ª e 3ª	Provável	15	14
		1.966	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		9	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(5)	2.120	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.120	2.023
		83.288	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.156	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
<b>Total</b>		<u>359.724</u>			<u>31.654</u>	<u>32.722</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(1) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
(Em milhares de reais)

---

vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(2) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(3) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(4) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(5) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

### Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

	Ref.	Valor		Expectativa de Perda	Valor Provisionado	
		Atualizado	Instância		31/03/12	31/12/11
ICMS	(1)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		307.274	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(2)	762	1ª, 2ª e 3ª	Provável	383	383
		22.994	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.122	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		2.940	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CSLL		2.191	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184
		24.672	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		2.276	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		272	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		20.654	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(3)	4.290	1ª, 2ª e 3ª	Provável	371	371
		17.692	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ	(4)	6.581	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		660.023	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		5.207	Administrativa	Possível	-	-
		4.219	Administrativa	Remota	-	-
Outras	(5)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	7
		48.968	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		11	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>1.132.149</u>			<u>1.428</u>	<u>1.435</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

**(1) ICMS**

(1.1) Auto de infração contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 7.243 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.2) Auto de infração contra a Companhia em 10/2010 no montante de R\$ 2.596 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de compras de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 2.287 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.3) Auto de infração contra a Companhia de alguns projetos de 1999 no montante de R\$ 781. Refere-se à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos.

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
(Em milhares de reais)

---

(1.4) Auto de infração contra a Companhia em 12/2010 no montante de R\$ 28.941 decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.5) Auto de infração contra a Companhia em 09/2011 no montante de R\$ 213.546 decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de R\$ 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

(1.6) Auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 2.653 decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas-aquisições fora do Estado. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.7) Auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R\$ 34.451 decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(2) ISS – Refere-se a discussão sobre a não exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(3) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4) IRPJ

(4.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4.2) Possível - Autos de infração lavrados em 2007 e 2010 nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização dos anos-calendários 2001 a 2008. Os autos encontram-se aguardando julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

(5) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

**21. OUTROS PASSIVOS**

	Ref	31/03/12	31/12/11
Consumidores	(1)	9.538	12.135
Empregados - Adiantamento Acordo Coletivo		48	9
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		6.776	6.393
Convênios		22	22
Caução em Garantia	(2)	12.999	9.876
FGTS Conta Empresa		129	129
Encargos CBEE		1.678	1.680
Taxa Iluminação Pública - TIP	(3)	11.041	8.466
Adiantamentos recebidos	(4)	23.744	19.930
Outras		4.685	3.602
<b>Total</b>		<b>70.660</b>	<b>62.242</b>
Circulante		60.067	54.572
Não Circulante		10.593	7.670

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(2) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(3) Taxa de Iluminação Pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

(4) Adiantamentos recebidos – Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

**22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2012 e 2011 é de R\$ 700.000 e o integralizado é de R\$ 590.174.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM MIL)						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	66.023	99,6	464	6,1	400	53,9	66.887	89,6
Outros	280	0,4	7.103	93,9	342	46,1	7.725	10,4
<b>Total</b>	<b>66.303</b>	<b>100,0</b>	<b>7.567</b>	<b>100,0</b>	<b>742</b>	<b>100,0</b>	<b>74.612</b>	<b>100,0</b>

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

Acionistas	R\$ (EM MIL)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	522.236	99,6	3.670	6,1	3.164	53,9	529.070	89,6
Outros	2.215	0,4	56.184	93,9	2.705	46,1	61.104	10,4
<b>Total</b>	<b>524.451</b>	<b>100,0</b>	<b>59.854</b>	<b>100,0</b>	<b>5.869</b>	<b>100,0</b>	<b>590.174</b>	<b>100,0</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

## a) Reserva especial de ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

## b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de lucros

## a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº. 0157/2011, com validade até 2019.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

A Companhia apurou no trimestre findo em 31 de março de 2012, o valor de R\$ 10.814 (R\$ 40.629 em 31 de dezembro de 2011) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando este incentivo, de redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

**b) Reserva legal**

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal por já ter atingido esse limite.

**Outros resultados abrangentes**

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26, inclui os ganhos e perdas, não realizados decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

**23. RECEITA BRUTA**

	<u>Ref.</u>	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>
Fornecimento de Energia	(a)	<u>462.088</u>	<u>376.973</u>
Receita de operação e manutenção		454.232	374.514
Remuneração financeira wacc		7.856	2.459
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	722	9.030
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	<u>620.473</u>	<u>564.173</u>
Receita de operação e manutenção		609.924	560.492
Remuneração financeira wacc		10.549	3.681
Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão		71.973	75.861
Outras Receitas	(d)	<u>14.851</u>	<u>11.787</u>
Total		<u><u>1.170.107</u></u>	<u><u>1.037.824</u></u>

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

**(a) Fornecimento de Energia**

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Nº de consumidores		MWh (1)		R\$ mil	
	faturados (1)					
	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11	31/03/12	31/03/11
Consumidores:						
Residencial	2.749.528	2.691.861	1.041.295	1.014.443	428.886	356.837
Industrial	12.648	13.369	397.571	495.457	148.355	158.449
Comercial	197.290	199.208	563.171	522.908	249.361	213.770
Rural	175.530	181.033	155.082	132.723	34.172	30.320
Poder Público	21.734	21.760	150.082	138.284	63.564	55.245
Iluminação Pública	5.144	5.046	103.235	104.029	26.774	24.719
Serviço Público	2.837	2.556	158.302	150.965	47.493	41.988
Consumo Próprio	233	245	3.254	3.626	-	-
Suprimento	29	33	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(1.300)	1.288
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo (*)	-	-	-	-	(577.172)	(534.698)
Subtotal	<u>3.164.973</u>	<u>3.115.111</u>	<u>2.571.992</u>	<u>2.562.435</u>	<u>420.133</u>	<u>347.918</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	41.955	29.055
Total	<u>3.164.973</u>	<u>3.115.111</u>	<u>2.571.992</u>	<u>2.562.435</u>	<u>462.088</u>	<u>376.973</u>

(\*) Vide comentários nota (c) a seguir.

(1) Informações não examinadas por auditores independentes.

**(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE**

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

**(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica**

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	Ref.	31/03/12	31/03/11
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Livre		43.301	29.475
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	<u>577.172</u>	<u>534.698</u>
		<u>620.473</u>	<u>564.173</u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

**(d) Outras receitas**

	31/03/12	31/03/11
Renda da prestação de serviços	725	276
Arrendamentos e Aluguéis	4.495	3.622
Serviço taxado	1.545	713
Taxa de iluminação pública	1.982	1717
Administração de faturas de fraudes	178	2.326
Multa Infração Consumidor	5.676	2.781
Outras receitas	250	352
<b>Saldos em 31 de março de 2012</b>	<b>14.851</b>	<b>11.787</b>

**24. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA**

	31/03/12	31/03/11
<b>IMPOSTOS:</b>		
ICMS	(227.375)	(198.315)
PIS	(18.061)	(16.011)
COFINS	(83.265)	(73.843)
ISS	(358)	(347)
<b>ENCARGOS SETORIAIS:</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(8.570)	(7.359)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(6.702)	(5.985)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(35.262)	(31.651)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(3.161)	(3.071)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.265)	(1.228)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(632)	(614)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.270)	(1.228)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(1.896)	(1.842)
<b>Total</b>	<b>(387.817)</b>	<b>(341.494)</b>

**25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/03/12			31/03/11	
	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal	(16.963)	(6.339)	(13.143)	(36.445)	(30.801)
Administradores	-	-	(516)	(516)	(485)
Entidade de previdência privada	(1.250)	(223)	(1.550)	(3.023)	(2.209)
Material	(2.453)	(86)	(14)	(2.553)	(2.815)
Combustível para produção de energia	(1.407)	-	-	(1.407)	(1.643)
Serviços de terceiros	(28.965)	(15.166)	(12.112)	(56.243)	(32.261)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(853)	(621)	-	(1.474)	(1.547)
Energia elétrica comprada para revenda	(357.760)	-	-	(357.760)	(337.091)
Encargos de uso do sistema transmissão	(43.804)	-	-	(43.804)	(38.768)
Depreciação e amortização	(22.635)	(6.049)	(2.452)	(31.136)	(35.822)
Arrendamentos e alugueis	(125)	(162)	(155)	(442)	(386)
Tributos	(590)	(88)	(368)	(1.046)	(801)
Provisões Líquidas - PCLD	-	(77.825)	-	(77.825)	(3.931)
Perdas Conta a Receber/Consumidores	-	(12.766)	-	(12.766)	(3.071)
Provisões Líquidas - Contingências	(52.478)	52.478	1.260	1.260	(4.095)
Custo de construção da infraestrutura da Concessão	(71.973)	-	-	(71.973)	(75.861)
Alienação / Desativação de bens e direitos	-	-	(22)	(22)	(555)
Outros	(370)	(514)	(6.481)	(7.365)	(4.771)
<b>Total custos / despesas</b>	<b>(601.626)</b>	<b>(67.361)</b>	<b>(35.553)</b>	<b>(704.540)</b>	<b>(576.913)</b>

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

**26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

<u>Receita Financeira</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/11</u>
Renda de aplicações financeiras	7.125	5.263
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	15.345	9.553
Variação monetária	8.266	22.497
Variação cambial	371	3.617
Operações Swap	1.241	1.275
Outras receitas financeiras	1.177	639
<b>Total</b>	<b><u>33.525</u></b>	<b><u>42.844</u></b>
<u>Despesa Financeira</u>	<u>31/03/12</u>	<u>31/03/11</u>
Encargos de dívida	(33.307)	(27.196)
Variação monetária	(7.095)	(24.212)
Variação cambial	(363)	(1.015)
Operações Swap	(412)	(5.948)
Multas Regulatórias	(4.747)	(6.825)
Outras despesas financeiras	(4.386)	(1.713)
<b>Total</b>	<b><u>(50.310)</u></b>	<b><u>(66.909)</u></b>

**27. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
**(Em milhares de reais)**

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/03/12			31/12/11		31/03/11
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(b)	Uso da Rede	524	-	2.308	541	-	1.013
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	305	-	-	592	-
			<u>524</u>	<u>305</u>	<u>2.308</u>	<u>541</u>	<u>592</u>	<u>1.013</u>
CELPE	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	1.983	1.983	-	1.917	1.917	-
COSERN	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	371	847	-	357	705	-
TERMOPEERNAMBUCO	(a.1)	Energia comprada	-	65.008	(117.520)	-	65.833	(108.214)
	(a.3)	Uso da Rede	-	39	(121)	-	39	(109)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	334	-	-	441	-
		<u>-</u>	<u>65.381</u>	<u>(117.641)</u>	<u>-</u>	<u>66.312</u>	<u>(108.324)</u>	
ITAPEBI	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	2.500	1.031	-	2.403	821	-
GERAÇÃO CIII	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	131	-	-	104	-
NC ENERGIA	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	75	-	-	31	-
NEOENERGIA SERVIÇOS	(d)	Prestação de serviço	-	415	(1.713)	-	907	(1.059)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	26	-	-	15	-
		<u>-</u>	<u>441</u>	<u>(1.713)</u>	<u>-</u>	<u>922</u>	<u>(1.059)</u>	
BAGUARI I	(a.2)	Energia comprada	-	269	(598)	-	295	(570)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	82	-	-	92	-
		<u>-</u>	<u>351</u>	<u>(598)</u>	<u>-</u>	<u>387</u>	<u>(570)</u>	
BAHIA PCH I	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	53	-	-	48	-
RIO PCH I	(a.2)	Energia comprada	-	216	(480)	-	237	(458)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	64	-	-	55	-
		<u>-</u>	<u>280</u>	<u>(480)</u>	<u>-</u>	<u>292</u>	<u>(458)</u>	
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	4	-	-	6	-
GOIAS SUL	(a.2)	Energia comprada	-	166	(368)	-	182	(299)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	56	-	-	67	-
		<u>-</u>	<u>222</u>	<u>(368)</u>	<u>-</u>	<u>249</u>	<u>(299)</u>	
GERAÇÃO CÉU AZUL	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	1	-
SE NARANDIBA	(c)	Uso da Rede	-	2	(6)	-	2	-
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	25	-	-	22	-
		<u>-</u>	<u>27</u>	<u>(6)</u>	<u>-</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	
AFLUENTE GERAÇÃO	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	62	-	-	45	-

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	31/03/12			31/12/11		31/03/11
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(c)	Uso da Rede	-	26	(59)	-	26	(64)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	314	-	-	289	-
			-	340	(59)	-	315	(64)
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	447	-	-	506	-
ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	Energia comprada	-	1.459	(3.245)	-	1.603	(2.930)
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	379	-	-	312	-
			-	1.838	(3.245)	-	1.915	(2.930)
CIA. TELES PIRES	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1.773	-	-	2.760	-
CALANGO 1	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	180	-	-	2	-
CALANGO 2	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	176	-	-	2	-
CALANGO 3	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	180	-	-	2	-
CALANGO 4	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	180	-	-	2	-
CALANGO 5	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	180	-	-	2	-
MEL 2	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	146	-	-	48	-
ARIZONA 1	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	165	-	-	1	-
CAETITÉ 1	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	177	-	-	3	-
CAETITÉ 2	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	190	-	-	18	-
CAETITÉ 3	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	176	-	-	3	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.	(f)	Empréstimos e Financiamentos	-	272.452	(8.514)	-	254.217	-
Celpos	(e)	Contrato de Mútuo	-	146.237	(8.365)	-	147.277	(11.241)
		Contribuição Patronal	-	146.082	(1.330)	-	147.456	(756)
			-	292.319	(9.695)	-	294.733	(11.997)
Neoenergia S.A.		Juros sobre capital próprio	-	20.083	-	-	20.083	-
	(g)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	160	-	-	1.081	-
		Aluguel/Comodato	-	50	(151)	-	50	(142)
			-	20.293	(151)	-	21.214	(142)
Amara Brasil	(d)	Prestação de serviço (almoxarifado)	-	139	(562)	-	299	(209)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

**a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:**

**(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL**

Termopernambuco S.A. – Contrato com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis. Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

**(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL**

Rio PCH I- Contratos nº CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato no CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
(Em milhares de reais)

---

Goiás Sul – Contratos nos CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato nos CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

**(a.3) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)**

Termopernambuco S.A. – Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

**b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)**

Coelba – Contrato nº FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

**c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)**

Afluyente e Narandiba – Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

**d) Contratos de prestação de serviços**

Amara Brasil – Contrato nº 4600022367, com vigência até 15 de agosto de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.

NeoServ Ltda – Contrato nº 4600019801, com vigência até 29 de agosto de 2014.

**e) Contrato de benefício**

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

**f) Contrato de empréstimo**

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

**g) Debêntures Aplicação/Emissão**

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado .

A Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos).

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
(Em milhares de reais)

---

A remuneração total dos administradores para o trimestre findo em 31 de março de 2012 foi de R\$ 440 (R\$ 415 em 31 de março de 2011), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

### 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 31 de março de 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
- Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.
- ✓ Demais empréstimos, financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
(Em milhares de reais)

de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
  - ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial – coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.
- Instrumentos financeiros derivativos
    - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.
    - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são como segue:

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

	Ativos (Passivos)			
	31/03/12		31/12/11	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	199.298	199.298	236.788	236.788
Títulos e valores mobiliários	146.126	146.126	84.071	84.071
Contas a receber de clientes e outros	1.149.942	1.149.942	1.230.562	1.230.562
Fundos Vinculados				
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	(268.922)	(268.922)	(284.603)	(284.603)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(188.764)	(188.764)	(181.236)	(181.236)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(596.922)	(596.922)	(598.845)	(598.845)
Debêntures em moeda nacional	(611.216)	(611.605)	(651.112)	(651.317)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	(6.446)	(6.446)	(6.205)	(6.205)
Instrumentos financeiros derivativos	12.064	12.064	8.387	8.387

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia foram avaliados como efetivos.

Os derivativos da Companhia (instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge) e as dívidas em moeda estrangeira da Companhia (respectivos itens objeto de hedge) foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

### Fatores de risco

- Riscos financeiros
  - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de março de 2012, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 31 de março de 2012 a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 3.432 ( R\$ 18.880, resultado negativo em 31 de março de 2011).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia:

	Variação na taxa do US\$	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
1º trimestre 2012	-9,98%	644 (644)	644 (644)
1º trimestre 2011	9,90%	(15.210) 15.210	(15.210) 15.210

- ✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco, porém, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

	Aumento/redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
<u>31/3/2012</u>			
<b>Ativos Financeiros</b>			
<b>CDI</b>	(4)	(136)	(136)
<b>SELIC</b>	(4)	(1)	(1)
<b>Passivos Financeiros</b>			
<b>CDI</b>	(4)	289	289
<u>31/3/2011</u>			
<b>Ativos Financeiros</b>			
<b>CDI</b>	(4)	(43)	(43)
<b>SELIC</b>	(4)	-	-
<b>Passivos Financeiros</b>			
<b>CDI</b>	(4)	203	203
<b>IGPM</b>	(85)	358	358

Essas análises de sensibilidade tem por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nºs 14 e 15).

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidroelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

✓ Gestão do capital

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo ao qual pertencemos tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	≤ 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	≤ 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	≥ 3,5 segmento de distribuição

### 29. ENTIDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2012 e 2011**  
 (Em milhares de reais)

Durante o trimestre, findo em 31 de março de 2012, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 2.781 (R\$ 2.494 em 31 de março de 2011).

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/12	31/12/11	31/03/12	31/12/11
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	12.532	12.361	133.704	134.916
Subtotal	<u>12.532</u>	<u>12.361</u>	<u>133.704</u>	<u>134.916</u>
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial			144.395	144.395
Participação ativos	1.127	2.135		-
Desligados PDV	371	737	191	189
Subtotal	<u>1.498</u>	<u>2.872</u>	<u>144.586</u>	<u>144.584</u>
Total	<u><u>14.030</u></u>	<u><u>15.233</u></u>	<u><u>278.290</u></u>	<u><u>279.500</u></u>

**30. EVENTOS SUBSEQUENTES**Reajuste Tarifário 2012

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou na reunião pública de diretoria realizada em 24 de abril de 2012 o reajuste tarifário anual da Companhia de 7,71%, sendo 7,70% relativo ao reajuste econômico e de 0,01% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 5,41% a ser percebido pelos consumidores.

As novas tarifas entrarão em vigor a partir do próximo dia 29 de abril de 2012 com vigência até 28 de abril de 2013.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 5,41%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio também foi de 5,41%.

A ANEEL deverá publicar no Diário Oficial da União Resolução Homologatória quanto ao resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia nos próximos dias.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE  
Recife – PE

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Recife (PE), 23 de abril de 2012 (exceto pela Nota 30, cuja data é 24 de abril de 2012)

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2 SP 015199/O-6-F-PE

Paulo José Machado  
Contador CRC-1RJ 061.469/O-4-S-PE

Shirley Nara S. Silva  
Contadora CRC-1BA 022.650/-0-S-PE